



Sócrates,
novo colunista
de CartaCapital

"Não se teme a ultradireita, se combate"

ENTREVISTA Ceder ao avanço das ideologias extremistas é sempre um erro, avalia José Sócrates, ex-premier de Portugal

A SERGIO LIRIO

Ex-primeiro-ministro de Portugal e ex-secretário-geral do Partido Socialista, José Sócrates é um europeísta convicto, defensor incansável do projeto de união do continente iniciado ainda nos anos 60 do século passado. Os resultados das eleições para o Parlamento Europeu, portanto, reavivaram suas esperanças quanto ao futuro do bloco. "De forma breve, espero a Europa de volta." Sócrates estreia neste mês como colunista de *CartaCapital*. Escreverá quinzenalmente sobre o mundo, mas também a respeito do Brasil, país a que tem dedicado especial atenção desde quando se aproximou de Lula, em meados da década passada, ambos na chefia dos respectivos governos. O que aconteceu aí, lamenta, "foi uma catástrofe. A agenda é de combate e não de união, como se a campanha não tivesse ainda terminado e houvesse contas a ajustar".

CartaCapital: O que esperar do Parlamento Europeu após as eleições recentes?

José Sócrates: Espero uma profunda mudança política. Mudança, desde logo, na política econômica, com prioridade ao emprego, ao crescimento econômico, à criação de oportunidades, retomando o melhor da nossa tradição política, o modelo social europeu. Espero também que o Parlamento mude de atitude em relação à política de migração e de acolhimento de refugiados, respeitando os valores mais caros da civilização europeia: os direitos individuais, a dignidade humana e o direito internacional. De forma breve, espero a Europa de volta.

CC: O senhor acredita ser possível reverter o processo de saída do Reino Unido da União Europeia?

JS: Acredito. E desejo ardentemente que aconteça. Para mim, é absolutamente insuportável a soberba da burocracia europeia quando fala do referendo do

Nosso Mundo

Brexit. Os cidadãos ingleses ou são estúpidos ou foram enganados por dirigentes políticos sem escrúpulos. Não, não foi isso que aconteceu. Uma das razões do voto pela saída é que ninguém gosta de ser governado por funcionários não escolhidos pelo povo. Depois de tudo o que aconteceu, a Europa parece apenas empenhada em dar uma lição aos ingleses. Pois bem, a Europa não só não aprendeu nada como, pelo visto, não acha que houvesse algo a aprender com o resultado do referendo inglês. Esta arrogância faz desesperar qualquer europeísta por mais convicto que seja, como é o meu caso.

CC: Como a Europa poderia recuperar seu protagonismo?

JS: O papel da Europa no mundo é o que lentamente aprendemos a desempenhar desde a Segunda Guerra Mundial, um singular projeto pacífico de integração política. Um projeto de universalização dos direitos humanos. Ser um ator político empenhado na construção de uma ordem mundial baseada não na relação de forças, mas no direito internacional, com uma agenda que aspira a liderar a batalha ambiental contra o aquecimento global. É este o papel da Europa, mais do que nunca necessário.

CC: Portugal recuperou o crescimento e a esperança após negar as políticas de austeridade impostas pela UE. Em que medida a experiência portuguesa serve de inspiração para o resto do mundo?

JS: A experiência portuguesa de certa forma desmascara o embuste em que se baseou a política europeia. Não foram os Estados que causaram a crise, mas os mercados. Não foi o déficit público que criou a crise econômica, mas o contrário, a crise criou o déficit. A insistência na austeridade e nos cortes sociais não foi uma política econômica, mas um ajuste de contas histórico, uma oportunidade para a direita política europeia questionar as políticas sociais. A ruptura com a política de austeridade permitiu



“Quem será capaz de unir o Brasil de novo em torno de um projeto nacional? Vejo um nome, mas ele continua preso”

recuperar o emprego e fomentar o crescimento econômico como prioridades da governança. O resultado foi um sucesso. Talvez, como em nenhum outro país, em Portugal esse sucesso está merecidamente associado à mudança de governo.

CC: É possível manter a “geringonça” em funcionamento por muito tempo? Quais os limites de atuação?

JS: Esta experiência política trouxe para a área de responsabilidade do governo os dois outros partidos de esquerda, para além dos socialistas. Nesse sentido houve não apenas uma alteração da cultura política desses partidos, de eternos adversários a eventuais aliados do Partido Socialista, mas um evidente progresso democrático de inclusão. Não me parece que haja volta atrás. Os resultados são bons e a reação do eleitorado não deixará de ter esses resultados em conta. A experiência deu resultado exatamente porque se respeitaram os limites para o seu funcionamento. Os partidos não são iguais, nem pretendem ser iguais. Eles conseguiram, democraticamente, identificar os pontos de convergência e em torno deles construir um programa.

ISTOCKPHOTO E RICARDO STUCKERT



Portugal rejeitou a austeridade. E se saiu bem

CC: Portugal tem atraído muitos estrangeiros, brasileiros em especial, e esse fluxo tem causado um desconforto crescente na população local, por causa da pressão sobre os custos de vida. O senhor teme uma onda de xenofobia em seu país que estimule o crescimento da ultradireita?

JS: A experiência destes últimos anos ensinou-nos que todos os países têm uma extrema-direita à espera de ser descoberta. Em Portugal, a direita salazarista sempre existiu, embora adormecida. Ela espera apenas o momento para se afirmar institucionalmente: o contexto e a liderança. Não encontraram ainda. As ideologias de extrema-direita não devem, no entanto, ser temidas, mas enfrentadas, sem transigências. A experiência histórica mostra

que as constantes concessões e manifestações de compreensão, por parte de alguns partidos democráticos, fazem lembrar o que Winston Churchill dizia da política europeia de apaziguamento com o nazismo, antes da Segunda Guerra Mundial: alimentar o crocodilo na esperança de ser o último a ser devorado. Julgo que o Brasil compreende melhor do que ninguém o que quero dizer.

CC: O senhor é vítima de um processo judicial que, em muitos aspectos, lembra a perseguição ao ex-presidente Lula no Brasil. Há quem enxergue essa judicialização da política, recorrente em vários países, como uma estratégia geopolítica. O senhor concorda?

JS: Respondo a uma grave, injusta e falsa acusação que está neste momento em fase de instrução, momento em que um juiz decidirá se aceita para seguir a julgamento. Não encontro outra explicação para ela a não ser a motivação política. Quanto ao chamado fenômeno de *lawfare*, a utilização da Justiça com objetivos políticos, ele parece ter-se transformado na nova arma de assassinato político, o novo punhal de Brutus da política



Lula é o único capaz de reconciliar o Brasil, acredita o ex-primeiro-ministro português

moderna. De certa forma, ele é consequência de um novo tempo de reforço do autoritarismo estatal e de declínio na garantia dos direitos individuais que se vive em muitos países. Não tenho elementos para dizer se ele está, de certa forma, a ser usado por motivos geopolíticos, isto é, com base no interesse de nações estrangeiras. Mas vejo com estupefação as evidências apresentadas da ligação da chamada Operação Lava Jato, no Brasil, com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos. Tendo presente o histórico de operações encobertas nas quais os serviços secretos americanos estiveram envolvidos durante a Guerra Fria, em particular na América Latina, todos ganharíamos se os Estados Unidos, o mais rapidamente possível, esclarecessem as dúvidas levantadas.

CC: O senhor acompanha com interesse a política brasileira. Qual a sua percepção do País neste momento?

JS: Agora percebo melhor o que queriam dizer quando afirmavam que a política brasileira não é para amadores. O que aconteceu no Brasil é uma catástrofe democrática. A política perdeu o respeito entre adversários, a prisão regressou como forma de eliminar o inimigo político e o Exército deixou de ser nacional para se transformar numa facção política. Sem solução para o emprego e o para o crescimento, a agenda política é de combate, e não de união, como se a campanha não tivesse ainda terminado e houvesse contas a ajustar. No fim, restam perguntas: depois do golpe parlamentar, quem se erguerá acima da violência, do ódio e do ressentimento para voltar a unir o País em torno de um projeto nacional? Quem será capaz de liderar, de novo, um projeto de transformação social, de redução de desigualdades, de recuperação dos mecanismos jurídicos constitucionais? Quem terá esse *ethos*, essa ligação com o povo, essa sensibilidade, essa grandeza? Vejo alguém, mas, infelizmente, ele continua preso. •

